

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painsela@grupofolha.com.br

Sola

Um novo alerta sobre a pandemia acendeu para as fabricantes de sapatos que, nesta semana, começaram a receber cancelamentos de pedidos em alguns pontos de São Paulo e Minas Gerais, segundo Haroldo Ferreira, presidente da Abicalçados, associação do setor. “Acendeu uma luz amarela. O varejo está receoso e nós somos uma indústria ligada diretamente a ele”, afirma. O temor de uma terceira onda da Covid-19 ameaça outros setores com perfil semelhante.

PALMILHA O setor calçadista amargou um tomo de 18,5% na produção em 2020 por causa das restrições do comércio e receia o efeito dos novos fechamentos pelo interior.

CADARÇO Ferreira afirma que a indústria de calçados estava iniciando a sua retomada com a reação do segmento infantil e de tênis, para atender a volta às aulas. “É uma categoria que estava entrando em um bom período, mas se as escolas fecharem de novo, entra em crise”, diz.

CERTIFICADO Mais uma empresa do grupo Odebrecht, hoje chamado de Novonor, recebe o ISO 37001, o selo internacional de gestão antissuborno. Depois da OEC, braço de construção da holding, agora a Ocyan, antiga Odebrecht Óleo e Gás, conclui o processo de certificação.

TEMPO Válido por três anos e com revisão anual, o selo faz parte dos esforços do grupo, como as mudanças de nomes e logomarcas, para se descolar da imagem de corrupção na Lava Jato. O processo ganhou tração em novembro, quando terminou o monitoramento que o DoJ (Departamento de Justiça dos EUA) realizava na Odebrecht com auditores desde 2017, previsto no acordo de leniência assinado em 2016.

EU VOLTEI O vídeo que Luciano Hang postou nas redes sociais usando uma canção de Roberto Carlos para pedir seguidores foi retirado de sua conta no Instagram. A equipe jurídica considerou que o empresário usou a música indevidamente e sem permissão, a assessoria de imprensa do cantor diz que seus advogados pediram para Hang retirar o vídeo da internet.

TELA A equipe jurídica de Roberto Carlos ainda aguarda que o vídeo seja removido das outras contas do empresário, no Twitter e no Facebook, até sexta (28). Procurada pelo PAINEL S.A., a assessoria de imprensa de Hang não comenta.

ROSEIRA O dono da Havan foi removido das duas redes em julho de 2020 na esteira do inquérito das fake news e retornou com novas contas no mês passado.

VITRINE A Havaianas inaugurou nesta quinta-feira (27) a primeira loja da marca que vai ter mais espaço ocupado por peças de vestuário do que pelas tradicionais sandálias.

MANEQUIM A unidade, que fica no Shopping Morumbi, em São Paulo, faz parte do projeto da empresa, que teve investimento de R\$ 10 milhões, para expandir o foco de atuação em peças de roupas, acessórios e calçados fechados.

BONECA A rede de lojas de brinquedos Ri Happy vai dar um dia de folga aos cerca de 3.400 funcionários a partir desta sexta-feira (28). Diz que é para os trabalhadores terem um tempo livre para brincar com seus familiares.

PILHA A empresa afirma que a ação é importante neste ano por causa dos efeitos do isolamento social na pandemia, mas pretende repetir nos próximos anos, sempre em homenagem ao Dia Internacional do Brincar, que também vai ter ações de descontos em produtos para clientes. As folgas serão em dias alternados e, portanto, nenhuma loja será fechada, segundo a empresa.

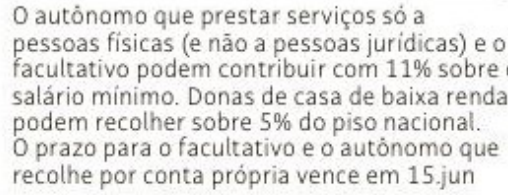
BOLETO Com o avanço do uso dos pagamentos sem contato na pandemia, a Mastercard diz que passou de 330 milhões de transações usando a tecnologia entre janeiro e dezembro de 2020 no país, alta de quase 300% na comparação com o ano anterior. A maior parte dos usuários, segundo pesquisa da empresa, são os millennials de 18 a 35 anos.

FRONTEIRA No mundo, durante o primeiro trimestre de 2021, a Mastercard identificou 1 bilhão de transações a mais do que no mesmo período do ano passado.

CARTEIRA Cerca de 10% das transações com cartões da bandeira Visa feitas no Brasil em março usaram a aproximação —um número cinco vezes maior do que o registrado no mesmo mês de 2020, diz a empresa, que aponta o transporte público como um dos impulsionadores. Segundo a Visa, o público de alta renda ainda é o que mais usa o recurso, e responde por quase 60% das transações.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES



O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 18.jun. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,06	15	354,80
De 3.751,07 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

R\$ 1.296,32	Valor, em R\$
Empregado	116,66
Empregador	259,26

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.jun. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Auxílio é arma que nós temos e que pode ser renovada, diz Guedes

Ministro indica que prorrogação do benefício não será necessária se 60% a 70% da população tiver sido vacinada contra Covid até julho

Bernardo Caram e Thiago Resende

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quinta (27) que o auxílio emergencial pode ser renovado. Segundo ele, se o número de mortes por Covid-19 continuar em alta, o governo terá que prorrogar a assistência.

Em café da manhã com representantes da indústria em um hotel em Brasília, o ministro afirmou que a decisão final dependerá do movimento da pandemia e de ritmo de vacinação no país. “O auxílio emergencial é uma arma que nós temos e que pode, sim, ser renovada. Se a doença continuar fustigando, as mortes continuarem, nós vamos ter que renovar”, disse.

Guedes ponderou que essa não é a expectativa do governo neste momento. A atual rodada do auxílio será encerrada em julho.

O ministro indicou que não haverá necessidade de renovar a assistência se o programa de vacinação contra o coronavírus atingir de 60% a 70% da população —e 100% dos idosos— até o fim de julho. Outro parâmetro usado pelo ministro para dispensar a prorrogação seria uma redução do número diário de mortes para 100, 200 ou 300. “É uma camada de proteção que pode ser renovada, mas hoje achamos que, se a vacinação em massa progride, pode não ser necessário”, afirmou.

Dados das secretarias de saúde mostram, no entanto, que o país está longe de se aproximar dessa marca estabelecida por Guedes na vacinação. Até quarta-feira (26), 20,5% da população havia recebido a primeira dose do imunizante. A segunda dose foi aplicada em 10,1% das pessoas.

Na conversa com empresários, o ministro afirmou que o auxílio emergencial de 2021

não foi instituído antes em razão da eleição para o comando da Câmara e do Senado.

Quando lhe foi perguntado sobre como o governo reagirá em caso de uma terceira onda da pandemia, Guedes lembrou que o Congresso Nacional já aprovou o protocolo de ação para esses casos: o acionamento de uma cláusula de calamidade pública. Essas regras foram aprovadas junto com a renovação do auxílio emergencial, por quatro meses e com limite de R\$ 44 bilhões, em 2021.

No entanto, Guedes tem evitado acionar essa cláusula, pois ela abre espaço para aumento do gasto público. Mesmo nos períodos mais letais da pandemia, entre março e abril deste ano, a equipe econômica defendeu que a calamidade pública não fosse acionada.

O ministro, durante o debate desta quinta, porém, disse que, em caso de uma terceira onda e de uma variante que não responde à vacinação, “vamos aumentar a economia de guerra”, se referindo à cláusula de calamidade pública, inclusive com mais uma renovação do auxílio emergencial.

Mais de R\$ 4 bi pagos indevidamente foram devolvidos em 2021

BRASÍLIA O secretário do Tesouro, Jeferson Bittencourt, afirmou nesta quinta-feira (27) que um montante entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 4,7 bilhões foi devolvido aos cofres federais por pessoas que haviam recebido indevidamente o auxílio emergencial.

O número corresponde aos ressarcimentos feitos ao governo nos quatro primeiros meses deste ano. Somente em abril, foram devolvidos R\$ 700 milhões.

+ REGRAS DO AUXÍLIO DE 2021

Número de parcelas
Serão liberados quatro pagamentos

Valor
As parcelas variam de acordo com a formação familiar. O padrão é de R\$ 250. Para mulheres chefes de família, o valor será de R\$ 375. Pessoas que vivem sozinhas receberão R\$ 150 por mês

Quem pode receber
Trabalhadores informais com renda de até meio salário mínimo (R\$ 550) por pessoa e renda familiar total de até três salários mínimos (R\$ 3.300). Também é necessário cumprir critério de rendimento tributável máximo de R\$ 28.559,70 em 2019 e de patrimônio máximo de R\$ 300 mil

O secretário não detalhou os motivos que levaram essas pessoas a devolver os recursos. Uma das razões pode ter sido o rigor da Receita Federal nas regras de declaração do Imposto de Renda.

Neste ano, pessoas que receberam parcelas do auxílio emergencial em 2020 e tiveram rendimento tributável superior a R\$ 22.847,76 no ano tiveram que preencher a declaração. Esses contribuintes são obrigados a devolver o valor do auxílio emergencial.

A regra está prevista na lei que instituiu o auxílio, aprovada pelo Congresso em março do ano passado. Caso dependentes desses contribuintes tenham recebido a assistência, esses valores também precisarão ser devolvidos.

Nas situações em que o fisco identificar que a pessoa tem que devolver o auxílio, é emitido um documento de arrecadação para que seja feito o pagamento.

Para avaliar se a pessoa deve devolver os recursos, é preciso observar apenas os rendimentos tributáveis do ano, sem fazer a soma do valor recebido de auxílio emergencial. O benefício não é considerado rendimento tributável.

Se um beneficiário do programa, por exemplo, recebeu R\$ 1.800,00 da assistência e teve R\$ 22.000,00 em outros rendimentos tributários no ano, ele não terá que devolver nada. Isso porque ficou abaixo do limite de R\$ 22.847,76 dos rendimentos tributáveis.

Para todas as pessoas que superaram esse limite, é necessário devolver o valor integral do benefício recebido no ano passado.

O prazo para entrega das declarações do Imposto de Renda acaba na segunda-feira (31).

Em outras situações de pagamentos indevidos do auxílio, o governo identificou repasses feitos a servidores públicos e militares.

Senado aprova salário mínimo de R\$ 1.100 em 2021 sem reposição total da inflação

Washington Luiz

BRASÍLIA O Senado aprovou na noite desta quinta-feira (27) a medida provisória que estabelece o salário mínimo de R\$ 1.100 a partir de primeiro de janeiro deste ano.

A proposta recebeu aval após votação simbólica e segue para promulgação porque não houve alterações em relação ao texto apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro.

A mudança não prevê ganho real ao trabalhador. De acordo com a inflação oficial divulgada em janeiro, o piso deveria ter subido de R\$ 1.045 para R\$ 1.102 para repor as perdas, em vez dos R\$ 1.100 propostos pelo governo.

O reajuste do salário mínimo gera impacto nas contas públicas porque aposentadorias e outros benefícios são atrelados ao piso nacional.

Para cada R\$ 1 de reajuste, o custo aos cofres públicos é elevado em R\$ 351,1 milhões.

Assim, o reajuste provocará um aumento direto de gastos do governo federal no valor de R\$ 19,3 bilhões, segundo dados da Consultoria Legislativa do Senado.

O ganho real do salário mínimo foi implementado in-

formalmente em 1994, por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), logo após a adoção do Plano Real. As gestões petistas oficializaram a medida.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estabeleceu a fórmula de reajuste pela inflação medida pelo INPC mais a variação do PIB de dois anos antes.

Dilma Rousseff (PT) transformou a regra em lei. Michel Temer (MDB), que governou durante a recessão, não mudou a legislação.

A proposta enviada pelo Executivo não sofreu alterações em nenhuma das Casas. Se não fosse aprovada até 1º de junho, ela perderia a validade.

Os senadores também votaram a medida provisória que define novos critérios para concessão do BPC (benefício assistencial para idosos e pessoas com deficiência).

Como sofreu alterações na Câmara, o texto vai para sanção. A medida também perderia validade em 1º de junho.

Pelo texto aprovado, terão direito ao benefício pessoas com deficiência ou idosos com renda familiar mensal per capita de até 25% do salário mínimo.

De acordo com as novas re-

+ INCLUSÃO DE 82 MUNICÍPIOS DE MINAS E ESPÍRITO SANTO NA SUDENE VAI PARA SANÇÃO

Em tramitação no Congresso desde 2007, a medida foi aprovada pela Câmara em 2017 e, desde então, enfrentava dificuldades para ser aprovada no Senado, o que ocorreu nesta quinta (27). Desde o início, congressistas do Nordeste vinham se manifestando contra a proposta por considerarem que ela retiraria recursos destinados para a região.

gras, esse limite poderá ser ampliado para até meio salário mínimo dependendo do grau da deficiência, da dependência de terceiros para o desempenho de atividades diárias e do comprometimento do orçamento familiar com gastos médicos, tratamentos de saúde, fraldas, alimentos especiais e medicamentos do idoso ou da pessoa com deficiência não disponibilizados gratuitamente pelo SUS (Sistema Único de Saúde) ou com serviços não prestados pelo Suas (Serviço Único de Assistência Social).

O BPC tem valor de R\$ 1.100 (um salário mínimo) e é pago mensalmente. Podem solicitar o benefício idosos e pessoas com deficiência que comprovem não ter condições de se sustentar nem auxílio da família.

Esses beneficiários poderão ser convocados para avaliação das condições que levaram à concessão ou manutenção do BPC. A perícia médica e social ficará a cargo do INSS.

A MP prevê que dívidas de beneficiários por recebimento irregular do BPC ou do auxílio-inclusão poderão ser consignadas no valor mensal dos benefícios.